

PRÁTICAS AVALIATIVAS NÃO TRADICIONAIS NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA ESCOLA DO CAMPO EM GLÓRIA DO GOITÁ - PE

Ione Maria Marques Santos¹
Mirelly de Moraes Andrade²
Thiago Rodrigo Fernandes da Silva Santos³

RESUMO

A realidade das escolas do campo exige práticas pedagógicas que dialoguem com a vivência dos estudantes e respeitem os saberes tradicionais das comunidades rurais. Nesse contexto, a proposta de práticas avaliativas não tradicionais é uma alternativa enriquecedora para o ensino de Geografia. Entende-se como avaliação tradicional, aquela que mede o desempenho do aluno a partir de provas e testes, focados apenas na repetição do conhecimento. Esse trabalho surgiu a partir de uma experiência de estágio não obrigatório, desenvolvido em uma escola da zona rural de Glória do Goitá - PE, durante a avaliação final do terceiro trimestre letivo, com uma turma do 8º ano do Ensino Fundamental. Ele tem como objetivo propor a reflexão sobre a importância de avaliações não tradicionais no ensino de Geografia. A fundamentação teórica apoia-se em autores como: Arroyo (1999), e Ziech (2017), para análise sobre a educação do campo; e, para aprofundamento das práticas avaliativas no ensino de Geografia, foram abordados teóricos como, Hoffmann (2005) e Luckesi (2013). Este relato adota uma abordagem qualitativa segundo Minayo (2009), e dividiu-se em duas etapas: revisão bibliográfica e o relato de experiência. Observou-se que as práticas avaliativas contextualizadas no ensino de Geografia fortalecem o vínculo entre escola e comunidade, valorizando os conhecimentos locais e contribuindo para a formação de sujeitos críticos e conscientes do seu papel onde vivem. Ao colocar os estudantes como protagonistas da atividade, assumindo o papel de pesquisadores em seu próprio território, rompeu-se com a lógica tradicional da avaliação escolar centrada na memorização e na reprodução de conteúdo. Conclui-se que a experiência demonstrou o potencial das avaliações não tradicionais em valorizar os saberes do campo e aproximar escola e comunidade. Ao integrar teoria e prática, o ensino de Geografia se enriqueceu, contribuindo para a formação crítica dos alunos e o fortalecimento da identidade rural.

Palavras-chave: Avaliações não tradicionais, Educação do Campo, Ensino de Geografia.

INTRODUÇÃO

A realidade das escolas do campo exige práticas pedagógicas que dialoguem diretamente com a vivência dos estudantes e respeitem os saberes tradicionais das comunidades rurais. Entende-se que nem toda escola rural está atrelada a cultura e as lutas

1 Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, ione.marques@ufpe.br;

2 Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, moraes.andrade@ufpe.br;

3 Professor orientador: Doutor em Educação. Professor do Departamento de Políticas e Gestão da Educação (DPGE), Centro de Educação (CE), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). thiago.silvasantos@ufpe.br.



campesinas, porém, é inevitável que o meio e a comunidade além da escola interfiram no modo pedagógico que cada escola se organizará. Assim como afirma Arroyo (1999, p. 22), “a escola se vincula, sobretudo, às matrizes culturais do povo, da comunidade, às matrizes culturais do campo”.

Nesse contexto, a proposta de práticas avaliativas não tradicionais se apresenta como uma alternativa enriquecedora para o ensino de Geografia. Ela permite a articulação entre teoria e prática por meio da valorização do território e da experiência dos sujeitos envolvidos no processo educativo, buscando romper com práticas avaliativas tradicionais e aproximar o conhecimento escolar da realidade vivida pelos estudantes do campo.

Como abordam Lima *et al.* (2017), a educação do campo emerge impulsionada pelas demandas dos movimentos sociais, com o objetivo de se opor às visões tradicionais da educação rural, que eram assistencialistas e não atendiam às necessidades formativas das populações do campo. Para Ziech (2017), a ideia de educação do campo surge como uma nova práxis, onde a comunidade rural não são apenas receptores de uma educação urbana, mas sujeitos que se formam a partir do meio que vivem.

A Geografia tem um papel essencial na educação do campo, pois permite compreender o território a partir das vivências dos sujeitos que o habitam. Ao relacionar teoria e prática, a disciplina contribui para uma formação crítica. Quando junto a práticas avaliativas que valorizam os saberes locais, possibilita uma aprendizagem mais significativa. Assim como discute Monteiro (2020), o ensino de Geografia possibilita aos estudantes o acesso a diferentes formas de conhecimento, que podem ser relacionadas à sua vivência cotidiana, favorecendo a aproximação entre os conteúdos escolares e as experiências concretas que já fazem parte de sua realidade.

Essas estratégias fortalecem o vínculo entre escola e comunidade, respeitando as singularidades do meio rural. O conhecimento geográfico, nesse contexto, deixa de ser algo distante e abstrato. Ele passa a dialogar com a realidade concreta dos estudantes. Assim, a Geografia se torna instrumento de leitura, valorização e transformação do espaço vivido.

Diante desse cenário, esse trabalho surgiu a partir de uma experiência de estágio não obrigatório desenvolvido em uma escola da zona rural de Glória do Goitá - PE, durante a avaliação final do terceiro trimestre letivo, com uma turma do 8º ano do Ensino Fundamental. E tem como objetivo propor a reflexão sobre a importância de avaliações não tradicionais no ensino de Geografia.

A atividade consistiu na realização de entrevistas com agricultores familiares da região, após momentos prévios de estudo e debate em sala de aula. A proposta buscou



aproximar o conteúdo escolar da realidade vivida pelos alunos, promovendo uma aprendizagem significativa, crítica e integrada à dinâmica do campo.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Educação do Campo é uma modalidade da Educação Básica que é amparada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), alterada pela Lei nº 12.960/2014 que deu nova redação à mesma ao garantir direitos específicos às populações do campo, onde busca atender as singularidades das populações rurais, valorizando seus saberes, culturas e modos de vida. Essa abordagem se contrapõe à lógica tradicional da educação rural, que muitas vezes desconsidera as particularidades do campo.

A Educação do Campo no Brasil surge como um processo construído a partir das lutas sociais por uma educação que respeite e converse com a realidade dos povos rurais. Conforme apontam Lima, Costa e Pereira (2017), a escola do campo não está inserida nas ideias padronizadas de escola, pois ela é o resultado das muitas lutas dos movimentos sociais pelo acesso à terra e por uma educação pensada para o campo e pelos povos do campo.

Segundo Arroyo (1999), ao compreendermos a educação como um caminho para a transformação e a emancipação do ser humano, percebemos o quanto os valores ligados ao campo estão presentes na trajetória histórica dessa busca por emancipação. Essa reflexão evidencia a necessidade de uma educação que reconheça e legitime os conhecimentos e práticas dos povos do campo, promovendo uma pedagogia que valorize suas identidades e contribua para a transformação social.

Ziech (2017) destaca que a escola do campo precisa se conectar de forma concreta com os conhecimentos tradicionais da comunidade em que está situada, aproveitando as vivências do dia a dia nas áreas rurais como ponto de partida para o processo de aprendizagem. Essa perspectiva reforça a importância de uma educação humanizada, que dialogue com a realidade dos estudantes e promova uma formação integral.

Ainda para a autora, a Educação do Campo possui a característica da educação popular, pois se baseia nos saberes previamente desenvolvidos e adquiridos pelos membros desse grupo. Assim, a proposta é “fazer a dialógica entre o local e o global”, o que contribui para a formação de sujeitos críticos, conscientes de sua realidade e com capacidade de intervir nela.

Por fim, ao considerar a educação como um direito e como possibilidade de emancipação, torna-se essencial que o ato pedagógico da escola do campo esteja conectado



com a realidade dos estudantes, respeitando seus tempos e modos de vida, suas culturas, tradições e lutas. Como destaca Ziech (2017), as instituições de ensino no campo precisam considerar os saberes dos povos do campo, seus valores, que conectam as gerações e fazem parte da formação do ser humano como ser humano.

PRÁTICAS AVALIATIVAS NO ENSINO DE GEOGRAFIA

A avaliação escolar é uma parte importante no processo educativo, sendo inseparável do ensino e da aprendizagem. No ensino de Geografia, ela deve ser compreendida como um instrumento que permite diagnosticar avanços e dificuldades dos estudantes, contribuindo para o redirecionamento das práticas pedagógicas. Segundo Luckesi (2013), os exames escolares surgiram há muitos anos, porém a avaliação da aprendizagem em ambiente escolar começou a ser proposta e desenvolvida a partir de 1930, expressão que surgiu para expressar os cuidados que os docentes devem ter na aprendizagem dos seus alunos.

Historicamente, a avaliação esteve ligada à verificação de conteúdos memorizados, por meio de provas e testes objetivos. Esse modelo ainda permanece em muitas escolas, limitando-se a medir o desempenho dos alunos sem considerar o processo de aprendizagem em si. Para Hoffmann (2005), o propósito do avaliador é identificar e respeitar as singularidades dos estudantes, reconhecendo suas formas particulares de aprender, a fim de elaborar e adaptar práticas pedagógicas que beneficiem tanto o desenvolvimento individual quanto coletivo da turma.

A Geografia, possui um caráter crítico e interdisciplinar, e exige práticas avaliativas que valorizem a contextualização, a participação e o diálogo com a realidade vivida pelos estudantes. Segundo Hoffmann (2005), avaliar implica agir a partir da escuta e compreensão do outro, sendo, portanto, uma prática que fortalece profundamente toda a ação educativa.

Ainda para a autora, quando não há uma reflexão crítica sustentada por princípios éticos, perde-se a direção, o entusiasmo e a força necessários para avançar na melhoria do processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma, utilizar apenas instrumentos padronizados não valoriza a diversidade de saberes e experiências presentes na sala de aula, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais.

Entre as práticas avaliativas alternativas, destacam-se os portfólios, os mapas mentais, as apresentações orais, os debates, entrevistas e as produções cartográficas. Essas estratégias permitem que os alunos expressem seus conhecimentos de forma criativa e contextualizada. Luckesi (2013), relata que ao olharmos as nossas práticas pedagógicas poderemos encontrar



uma nova forma de aprender. A Geografia, ao tratar de temas como território, lugar, paisagem e sociedade, deve estar ligada às experiências diárias dos estudantes.

Assim, no ensino de Geografia, é necessário superar a lógica classificatória e punitiva para adotar posturas mais formativas e reflexivas. Além disso, é necessário pensar no alunado como também na comunidade em que a escola está inserida, propondo metodologias avaliativas menos tradicionais que atendam a realidade dos discentes e possam relacionar a suas vivências nessas propostas pedagógicas.

METODOLOGIA

Este trabalho tem o objetivo refletir sobre a importância de avaliações não tradicionais no ensino de Geografia. Relatando uma experiência vivenciada durante um estágio não obrigatório, realizado em uma escola localizada na zona rural do município de Glória do Goitá – PE, no contexto da avaliação final do terceiro trimestre letivo, com uma turma do 8º ano do Ensino Fundamental. A pesquisa dividiu-se em duas partes: revisão bibliográfica e a análise do relato vivido.

A pesquisa se configura como um relato de experiência, compreendido como uma forma de investigação e compartilhamento de práticas pedagógicas vivenciadas no cotidiano escolar, permitindo a reflexão crítica sobre o fazer docente. Segundo Mussi, Flores e Almeida (2021), o relato de experiência configura-se como uma forma de produção de conhecimento, ao abordar vivências acadêmicas e/ou profissionais relacionadas a um dos pilares da formação universitária, ensino, pesquisa ou extensão.

Ainda para os autores sua principal característica é a descrição da intervenção realizada, sendo fundamental que o texto seja sustentado por embasamento científico e reflexão crítica. Assim, o relato aqui apresentado é fruto de uma vivência de estágio não obrigatório em uma escola do campo, onde foram desenvolvidas práticas avaliativas não tradicionais no ensino de Geografia.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa se insere no campo da abordagem qualitativa, tendo em vista que, “na investigação qualitativa a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal (Bogdan; Biklen, 1994 p. 47). A pesquisa qualitativa permite interpretar fenômenos sociais a partir das percepções dos envolvidos, sendo, portanto, adequada para estudos em ambientes escolares e educacionais, nos quais os aspectos subjetivos e culturais desempenham papel central.





Durante a atividade avaliativa, foram utilizados como instrumentos a observação direta, o registro escrito das ações e a produção de entrevistas com agricultores familiares da comunidade, realizadas pelos próprios alunos. A coleta de dados se deu de forma aberta e flexível, permitindo que os estudantes escolhessem como registrar as entrevistas (escrita, vídeo, áudio ou fotografia), respeitando suas preferências e recursos disponíveis. A análise dos resultados foi feita de forma interpretativa, considerando os sentidos atribuídos pelos alunos à experiência, bem como os aspectos pedagógicos e sociais emergentes da proposta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O relato de experiência baseia-se na proposta metodológica adotada para a avaliação final do terceiro trimestre letivo em uma escola localizada na zona rural de Glória do Goitá. A atividade consistiu na realização de entrevistas sobre agricultura familiar como atividade avaliativa, sendo antecedida por momentos de estudo teórico e debates em sala de aula. Os conteúdos trabalhados incluíram a agricultura de forma geral, com destaque na agricultura familiar, buscando contextualizar os alunos dentro de uma realidade já vivida por eles. Com essa abordagem, procurou-se articular teoria e prática, valorizando o conhecimento prévio dos estudantes e promovendo o reconhecimento do território onde vivem como espaço de aprendizagem.

Na turma do 8º ano do Ensino Fundamental, composta por 12 crianças, foram formados cinco grupos. Cada grupo recebeu uma ficha com perguntas-guia, abordando temas relacionados à rotina, aos desafios e às vivências dos agricultores familiares. No entanto, foi incentivada a autonomia dos estudantes para reformular as questões ou criar perguntas, de acordo com sua curiosidade e interesse. O registro das entrevistas pôde ser feito de forma escrita, por meio de áudios, vídeos ou com o uso de fotografias, respeitando a maneira com que cada grupo se sentisse mais à vontade para coletar os dados.

Durante a atividade, os estudantes entrevistaram agricultores da região onde vivem, registrando dados como o nome do entrevistado, a idade e o nome do sítio onde a produção acontece. As perguntas buscaram compreender melhor a realidade do agricultor, abordando temas como os tipos de cultivos existentes, que incluíam plantas como coentro, macaxeira e cana-de-açúcar, entre outras. Os entrevistados descreveram as técnicas utilizadas no plantio e na colheita, variando entre métodos tradicionais, com uso de ferramentas manuais como enxadas e pás, e outras mais tecnológicas.



Também foi investigado como o clima, especialmente as secas e as chuvas intensas, afeta diretamente a produção, além das dificuldades enfrentadas com pragas e doenças nas plantações. Outra questão importante levantada foi o impacto da agricultura industrial na região e os desafios enfrentados no dia a dia por serem pequenos agricultores. Por fim, os entrevistados refletiram sobre o futuro da agricultura, apontando se acreditam mais na força da tecnologia ou na preservação das práticas tradicionais, e contaram há quanto tempo atuam no trabalho agrícola.

Destacando algumas respostas específicas dos entrevistados, a maioria afirmou trabalhar na agricultura familiar desde criança ou adolescente. Além disso, os entrevistados não viam a tecnologia no campo como um empecilho, mas uma forma de facilitar o dia a dia do trabalho no campo.

A partir da coleta das atividades prontas e da análise das entrevistas, foi possível identificar aspectos significativos da relação dos alunos com o campo. Observou-se que a maioria dos entrevistados eram membros jovens da própria família dos estudantes, o que reforça a forte ligação entre o espaço doméstico, o trabalho agrícola e o cotidiano escolar. Essa identificação com os sujeitos entrevistados tornou a atividade mais significativa, promovendo o reconhecimento da importância social e econômica da agricultura familiar na região, além de valorizar os saberes locais. Inserindo na escola as vivências dos alunos, além de também inserir a comunidade nas propostas educacionais

Muitos dos alunos também trabalham no campo com suas famílias, e, ao analisar os entrevistados, foi possível identificar que a maioria eram jovens. Essa prática demonstrou a potência das metodologias ativas e contextualizadas no ensino de Geografia, especialmente em escolas do campo. Ao permitir que os alunos se tornassem sujeitos ativos no processo investigativo, aproximando o conteúdo escolar de suas vivências, a atividade promoveu engajamento, protagonismo e uma aprendizagem mais significativa. Conclui-se, portanto, que iniciativas como essa contribuem para tornar a escola um espaço que respeita, escuta e valoriza as identidades e o território dos estudantes.

A experiência relatada neste artigo trouxe importantes reflexões sobre o fazer docente e os desafios enfrentados no contexto escolar. E faz refletir nas frases de Freire (1996, p. 21) que, “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.” E que além disso as práticas pedagógicas precisam estar ligadas ao cotidiano do aluno e a característica da escola.

Essa abordagem avaliativa se aproxima das metodologias ativas e da pedagogia freiriana, que defendem a escuta sensível, o respeito aos saberes populares e a construção



coletiva do conhecimento (Freire, 1996). Ao colocar os estudantes como protagonistas da atividade, assumindo o papel de pesquisadores em seu próprio território, rompeu-se com a lógica tradicional da avaliação escolar centrada na memorização e na reprodução de conteúdo.

Para Arroyo (1999), precisamos recuperar a humanização no ato de ensinar, o humanismo que foi roubado pela tecnologia e burocratização da escola. O autor ainda aborda que, o povo do campo tem seus rostos, os docentes também, seu nome e suas histórias. E é preciso conhecer essas histórias. Pois, é lançando mão desses tipos de metodologias na sala de aula que inseriremos o campo na escola como também a escola no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada neste trabalho reafirma a importância de práticas pedagógicas e avaliativas que respeitem e conversem com a realidade dos estudantes do campo. Ao propor uma atividade que envolveu entrevistas com agricultores familiares da própria comunidade, foi possível promover uma aprendizagem significativa, conectada com o cotidiano dos alunos, seus saberes e sua cultura. A valorização do território como espaço educativo contribuiu para o fortalecimento dos vínculos entre escola e comunidade, transformando o ato de aprender em um processo vivo, crítico e contextualizado.

Nesse sentido, a Geografia mostrou-se uma importante ferramenta para a construção do conhecimento, ao permitir que os conteúdos escolares se relacionassem com as experiências reais dos estudantes. As práticas avaliativas não tradicionais adotadas no estágio demonstraram que é possível romper com modelos rígidos e promover uma avaliação que realmente considere os sujeitos em sua totalidade.

Conclui-se, portanto, que pensar a avaliação de forma dialógica, participativa e situada é um passo fundamental para uma educação do campo emancipadora, que reconhece os sujeitos do meio rural como protagonistas do seu processo formativo. Que essa prática possa inspirar outras experiências que reafirmam o compromisso com uma escola mais justa, inclusiva e conectada com a vida.

REFERÊNCIAS



ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. *A educação básica e o movimento social do campo*. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, n.º 2, cap. 5. A Terra Produz a Gente, p. 21-24.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014. Altera o art. 28 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a oferta de educação básica e superior rural. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 151, n. 59, p. 1, 28 mar. 2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação formativa ou avaliação mediadora*. Porto Alegre: Mediação, 2005.

LIMA, Maria Aires de; COSTA, Frederico Jorge Ferreira; PEREIRA, Karla Raphaella Costa. *Educação do campo, organização escolar e currículo: um olhar sobre a singularidade do campo brasileiro*. Revista e-Curriculum, 2017.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MONTEIRO, Gildênia Lima. *ENSINO-APRENDIZAGEM DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: USO DE RECURSOS DIDÁTICOS NÃO CONVENCIONAIS NO ENSINO REGULAR E NA MODALIDADE DE EJA*. Geografia: Publicações Avulsas, v. 2, n. 1, p. 168-188, 2020.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. *Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico*. Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, out./dez. 2021.

ZIECH, Márcia Eliana. *A educação do campo na perspectiva da educação popular*. Revista Contexto & Educação, 2017.